

GT06 - Educação Popular – Trabalho 905

PROCESSOS EDUCATIVOS DESVELADOS NAS AÇÕES DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE E CULTURA CAMPONESAS¹

Iraí Maria de Campos Teixeira - UFSCar

Resumo

Compreende-se, nessa pesquisa, o cuidado à saúde enquanto prática social que manifesta peculiaridades da cultura de quem a pratica e gera interações entre indivíduos e entre estes e os ambientes. Nas práticas sociais promovem-se processos educativos compreendidos nas relações nas quais sujeitos dão sentido a si, aos outros e ao mundo, no e com o qual adquirem suas experiências. Objetivamos investigar os processos educativos que se dão nas ações de cuidado à saúde desenvolvidas por mulheres de um assentamento. Adotou-se como referencial teórico a Educação Popular e como metodologia a Pesquisa Participante. Foram realizadas observações participantes e entrevistas semi-estruturadas. A partir da coleta de dados, foram apreendidas as seguintes categorias analíticas: 1) Ações conjuntas e trabalho coletivo; 2) Com-viver e com-partilhar; 3) Relações intergeracionais; 4) Convivência no lar; 5) Ir à público; e 6) Os lugares das práticas populares de saúde. Acredita-se que ações de cuidado à saúde são cotidianamente elaboradas com a intencionalidade de manter a sobrevivência material e simbólica dos grupos, superar desigualdades e solucionar os problemas que lhes desafiam.

Palavras-Chave: Processos educativos. Cuidado à saúde. Mulheres camponesas

¹ Este trabalho foi desenvolvido ao longo da pesquisa de doutorado, defendida em fevereiro de 2016. Esta pesquisa se fundamenta nos aportes teóricos da Educação Popular e Educação Popular e Saúde.

INTRODUÇÃO

As populações do campo têm pouco acesso aos serviços de saúde e, quando os têm,os serviços disponibilizados às famílias camponesas não se encontram estruturados. As dificuldades em acessar tais serviços fortalecem a exclusão desses sujeitos, constatações que servem para ponderar acerca das falhas envolvendo as políticas de saúde voltadas para a população do campo (CARNEIRO et al., 2008).

Estratégias como a do agronegócio – definida por Pulga (2013) como uma estratégia capitalista de domínio dos territórios do campo e das florestas centrada na apropriação de terras, recursos naturais e biodiversidade, baseada no latifúndio, na produção de monocultura com uso indiscriminado de agrotóxicos e transgênicos etc. – vêm produzindo processos de adoecimento de populações de camponeses, ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

Segundo Scopinho (2010), a produção dos alimentos nos assentamentos relaciona-se com a autossustentação, com a agroecologia que dispensa o uso de agrotóxico e insumos químicos poluentes. Desse modo, a produção agrícola básica das famílias assentadas representa um fator de proteção à saúde, já que se produz um alimento sadio que não utiliza produtos químicos, os quais são responsáveis por uma série de consequências ao meio ambiente e à saúde de todos os seres (WUNSCH et al., 2014).

O cotidiano do cuidado à saúde no campo tem uma dimensão social e cultural que exige sensibilidades e ferramentas para melhor compreender, sentir, avaliar, experimentar e viver os múltiplos processos de cuidado. As práticas de saúde devem constituir redes, fluxos de saberes e de fazeres, diálogos e conversas em que todos se beneficiam (PULGA, 2013).

Os movimentos de luta pela terra buscam melhores condições de saúde pública para a população do campo. Condições de vida e saúde negadas em nome dos interesses mercantis dominados por grupos hegemônicos internacionais que subsidiam o agronegócio (DARON, 2009).

As dificuldades em acessar os serviços de saúde fortalecem a exclusão do camponês e da camponesa. A forte discriminação que sofrem as populações do campo afeta a saúde de mulheres, homens, crianças, jovens e idosos (CARNEIRO et al., 2008; TEIXEIRA, 2012; WUNSCH ET AL, 2014). Pulga (2013, p. 576) afirma:

Cresce a pobreza no campo, com a exclusão das classes populares e a discriminação de mulheres, negros, índios, idosos e crianças. O acesso dessas pessoas aos serviços de saúde e educação e às condições básicas, inclusive a alimentação, fica muitas vezes situado no embate entre os interesses do lucro, de um lado, e a necessidade de garantia desses direitos preconizados na Constituição, de outro.

Diante desta problemática, realizou-se a presente pesquisa com intuito de investigar os processos educativos que emergem das ações de combate à discriminação, assim como as ações de conscientização e fortalecimento da identidade e cultura camponesas, que se configuram em formas de cuidado à saúde promovidas pelas mulheres participantes da pesquisa.

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Como caminhar metodológico, adotou-se a Pesquisa Participante na qual, segundo Brandão (1981, p. 11), "pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes". Para o autor, tal metodologia permite aos sujeitos de pesquisa: "Conhecer sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história".

Para tanto, seguiu-se os princípios metodológicos da convivência e do diálogo, e como instrumentos de coleta de dados realizaram-se observações participantes, entrevistas e rodas de conversa. As observações e falas foram registradas em diários de campo para posterior análise. Os dados coletados foram analisados segundo a Análise de Conteúdo, que visa estabelecer categorias de análise (BARDIN, 2008), sendo apresentados sob a forma de descrição. De acordo com Silva (1987), a descrição é um modo de apresentar a experiência vivida da maneira como foi experimentada por aqueles que vivenciaram a situação.

A diversidade que se apresenta no encontro entre grupos populares e acadêmicos enriquece a construção de novos saberes. A convivência dialógica se nutre na simpatia, na confiança, na humildade, na sensibilidade, no respeito (OLIVEIRA; STOTZ, 2004). Se funda no amor e na fé no ser humano que se permite estar e aprender com o outro (FREIRE, 2005). Não é necessário concordar para se ser dialógico, as opiniões sobre um determinado tema podem divergir, como já foi dito, mas quando o diálogo é

estabelecido há escuta, cuidado e reflexão. A convivência não dialógica não agrega no processo de libertação e transformação.

Esta pesquisa fundamenta-se na convivência dialógica por favorecer o processo de libertação e humanização dos sujeitos envolvidos, tanto colaboradores(as) quanto pesquisadores(as). Destacamos que a convivência aqui estabelecida não se configura como etapa ou procedimento de pesquisa, ela é o próprio processo de pesquisar.

Local e participantes da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Assentamento Monte Alegre, localizado no interior de São Paulo. Neste assentamento, há uma associação de mulheres. Inicialmente, foram convidadas todas as doze mulheres da Associação de Mulheres do Assentamento Monte Alegre para participarem da pesquisa. A partir desse convite, outras mulheres tiveram interesse em participar da pesquisa totalizando onze mulheres.

Das onze participantes, cinco compõem a Associação de Mulheres do Assentamento Monte Alegre, quatro são Agentes Comunitárias de Saúde – ACS da Equipe de Saúde da Família do assentamento; uma é participante da associação e também agente comunitária de saúde no assentamento; e uma é feirante e trabalhou como auxiliar de limpeza da Unidade de Saúde no período de coleta de dados.

DESENVOLVIMENTO

A partir da análise dos dados coletados, apreendemos seis categorias analíticas:

1) Ações conjuntas e trabalho coletivo; 2) Com-viver e com-partilhar; 3) Relações intergeracionais; 4) Convivência no lar; 5) Ir à público; e 6) Os lugares das práticas populares de saúde.

1) Ações conjuntas e trabalho coletivo

Os dados apresentados nessa categoria revelam que as participantes da pesquisa têm em comum um projeto de saúde, de vida de qualidade que as aproxima e direciona suas ações de cuidado. Nesse processo de busca comum por saúde para a comunidade em que vivem estabelecem relações dialógicas nas quais, intersubjetivamente, vão dando sentido a si mesmas, às outras e ao mundo.

No âmbito do assentamento Monte Alegre esse tipo de iniciativa tem representado uma inovação na forma de gerir o território, uma vez que as mulheres propõem produzir

em seus lotes agrícolas as matérias-primas para sua própria agro industrialização ou comprá-las de vizinhas(os), num trabalho capaz de integrar a produção agrícola, o processamento e a venda, tudo feito pelas mulheres em parceria com agentes regionais e permeado por relações de vizinhança e de amizade que reforçam importantes laços comunitários.

Contudo, os dados apontam como elementos que se colocam como obstáculo da autogestão desse empreendimento os conflitos gerados pela dificuldade de estabelecimento de acordos quando as opiniões são diferentes. Como elemento transformador estabeleceram que o diálogo é uma exigência para a superação dos conflitos. Analisaram ainda que sem a solidariedade o trabalho não se torna viável, pois muitas são as dificuldades de renda, somada às questões pessoais que aparecem no cotidiano do trabalho, o que exige compreensão e ajuda mútua.

É difícil mesmo, fazer uma Associação igual a nós. Você vê, nós começamos com vinte e cinco mulheres, estamos em doze, e só quatro na padaria. (Maria – Entrevista 8)

Muitas vezes, essas mulheres compartilham dos mesmos projetos que as aproxima e direcionam suas ações no mesmo sentido. Quando os projetos são comuns entre elas, se estabelecem relações dialógicas de aprendizado e construção mútua de conhecimento sobre o cuidado. Quando seus projetos se desencontram e os interesses pessoais sobressaem aos interesses do coletivo surgem conflitos.

Criticamente, percebem que agir e mobilizar-se se faz necessário para ultrapassarem as barreiras que lhes são impostas e reconhecem o potencial de superação do trabalho que realizam de forma coletiva. Para continuarem construindo estratégias de superação das adversidades que lhes são impostas, as participantes da pesquisa aprenderam que precisam superar os conflitos que vão surgindo na convivência, e para isso precisam se escutar, se respeitar, se ajudar, cumprir com os acordos estabelecidos e reconhecer suas limitações.

Entende-se que o que motiva o esforço de estabelecerem uma relação dialógica é o objetivo que as aproxima, o fato de compartilharem o mesmo projeto de promover qualidade de vida a partir de suas práticas de cuidado voltadas à população do assentamento. Elas percebem que seus conflitos muitas vezes acontecem como conseqüência de problemas na vida pessoal das envolvidas, problemas na organização

do trabalho. A superação desses conflitos, quando é de interesse das participantes, é também um aprendizado que se dá na convivência cotidiana.

Os dados apontam que, por meio das ações conjuntas e do trabalho coletivo, aprenderam: a gerirem o coletivo de forma horizontal; a se organizarem; a dividirem tarefas; a exporem os resultados de suas ações a fim de atrair maior participação em ações futuras; a compreenderem as dificuldades e limitações na participação de cada pessoa e a resolverem conflitos por meio do diálogo, da solidariedade e da compreensão mútuas.

2) Com-viver e com-partilhar

Nesta categoria destacam-se os aprendizados oriundos das experiências de vida no campo, da convivência na qual se compartilham saberes ancestrais; da percepção de que partilhamos a Terra, o solo no qual produzimos alimentos; das experiências de cuidado com a terra, de como tratar e partilhar alimentos; e das estratégias para que mais pessoas, familiares ou não, consumam alimentos saudáveis.

Os dados mostram a prática do cuidado na atenção que as participantes dão para as pessoas por quem têm afeto e como costumam demonstrar esta atenção convidando para se aproximar, estar junto, compartilhar um alimento, conversar. Existe um zelo pelas relações familiares percebido nessas ações.

Sobre a compreensão do que são ações de cuidado à saúde, as camponesas apontam que, por partilhamos a mesma terra, devemos cuidar dela e de tudo que ela oferece. Que devemos produzir bons alimentos para proporcionarmos uma boa alimentação.

Essa compreensão de cuidado, percebida nos registros em diário de campo, muito se aproxima da compreensão andina que supõe uma visão do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui, além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais; todos em profunda comunhão com a Terra.

Tal compreensão que emerge do mundo andino e da Amazônia possui uma ancoragem histórica no mundo indígena, cujas experiências denunciam o progresso que explora os seres e a Terra e apontam para construção de uma sociedade apoiada pela

coexistência de seres humanos em diversidade e harmonia com a natureza. Essa perspectiva, que visa a uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo está presente nas falas delas. Muito do conhecimento compartilhado durante a pesquisa é referido como conhecimento adquirido com seus antepassados: indígenas, negros e europeus.

Aqui tem mais descendente de negro, tem bastante, aliás. Aqui quase todo mundo é. E quando a mãe não é filha de índio, a avó é. [...] Minha avó era bem índia. Índia pura. E meu avô também. Tenho descendência mestiçada. É negro, com índio. Porque meu bisavô era negro. (Maria – Entrevista 8)

Sou descendente de alemão com italiano. Minha avó veio da Alemanha mesmo. De navio. [...] Eu até tenho dois livros lá que são de outro século. Naqueles livros têm muitas receitas de culinária em alemão. É tipo assim, cada origem tem um conhecimento. [...] Então, é assim, cada nação de gente tem um conhecimento. (Sueli – Entrevista 9)

Com suas experiências de vida no campo, as camponesas possuem um amplo saber sobre o cuidado com a terra, com as criações, sobre as necessidades das plantas, do solo e dos animais. Nos eventos e atividades nas quais participam, elas promovem a conscientização da população contra os riscos do uso de agrotóxicos. Sua prática de cuidado inclui a agricultura orgânica e livre de agrotóxicos.

Essa compreensão da terra que fornece o alimento e que precisa ser alimentada, nutrida, fundamenta o cuidado que elas promovem com a terra, com os produtos oferecidos pela terra e com os serem que na terra e da terra vivem. Ensinar e continuar aprendendo sobre esse cuidado é um objetivo para as participantes da pesquisa. Acreditam que os diferentes saberes sobre esse cuidado podem e devem ser ensinado nas relações entre camponeses e não camponeses, sejam crianças, jovens, idosos, mulheres ou homens. Nessas relações, a natureza é revalorizada juntamente com as questões ambientais, e por consequência se conquista saúde.

Por meio das experiências de vida no campo, de observar a natureza, suas necessidades, suas reações; da convivência com camponeses e camponesas compartilhando saberes ancestrais; pela compreensão de que compartilhamos a Terra, os recursos, os alimentos; que elas aprendem e ensinam: que estamos todos compartilhando o mesmo solo; que devemos saber dividi-lo; que cuidar da terra é cuidar dos alimentos que ela fornece e, por consequência, de todos os seres.

3) Relação intergeracional

Nessa categoria apresentamos os aprendizados por meio dos desafios, tensões, e conquistas decorrentes das relações entre as diferentes gerações que convivem no assentamento. Relações que se estabelecem tanto na comunidade do assentamento como no seio familiar.

Os idosos ficam meio abandonados. Uns entendem que os filhos foram buscar melhora. Mas quando os idosos se aposentam, ou vivem ali porque gostam, até fim da vida, ou pegam a aposentadoria e vão embora. Porque não têm como ficar. (Sueli – Entrevista 9)

Parte do processo educativo dessas mulheres o aprendizado ao acompanharem o envelhecer de seus familiares. Nessa convivência com idosos, também aprendem com sua resistência. Eles conquistaram o direito à terra e, apesar das adversidades, resistem em permanecer em seus lotes.

Perceber os hábitos que contribuem para a saúde na velhice assim como perceber que a falta de auto-estima prejudica a qualidade de vida das idosas é um aprendizado que elas levam para seus cuidados pessoais e para o planejamento das ações de cuidado que promovem junto aos idosos e idosas do assentamento.

Em relação aos jovens, há poucas possibilidades de educação e lazer no assentamento. Os jovens têm acesso até o ensino fundamental no assentamento, precisando ir para as cidades próximas para concluir os estudos. As participantes se referem às queixam dos jovens sobre essa falta de atividades. Elas entendem que uma das causas dos idosos ficarem sozinhos no assentamento é a ida dos jovens para a cidade em busca de novas oportunidades.

Os jovens veêm na cidade uma possibilidade de qualidade de vida que não estão encontrando no assentamento. Os idosos que desejam permanecer no assentamento percebem ali suas possibilidades de qualidade de vida. As participantes da pesquisa também percebem na vida no campo possibilidades de se ter saúde que a cidade não proporciona e acreditam que colocar jovens e idosos em diálogo poderia promover processos educativos acerca do viver no campo, a partir da troca de experiências de ambos.

Identificaram como forma de valorização do idoso a importância de aproximarem os jovens destes para que convivessem e dialogassem sobre suas experiências. Pensaram em levar os jovens nas visitas domiciliares aos idosos para que

se aproximassem. Com essa ação, acreditam estar contribuindo para a preservação do modo de vida no campo.

Ao refletir sobre as relações intergeracionais no contexto familiar, apontam para importância da relação entre as crianças que vivem na cidade com seus avós que vivem no campo. Elas acham que a vida na cidade tem algumas vantagens como a educação e o acesso a alguns serviços como a assistência à saúde, contudo, as crianças têm se distanciado da terra:

Acho muito importante que eles venham passar esses dias com a gente aqui no sítio. [...] Aqui elas têm espaço para brincar correr, mexer na terra, cuidar dos bichos. [...] A cidade é boa também, acho lá bom pra elas porque tem a escola [...] se precisar de algo, um remédio, está doente, também chega rápido. (Jiseli - Diário de campo VIII)

Mesmo tendo as experiências dos mais velhos como referência, percebe-se nos dados a necessidade que todas as gerações têm de buscar o novo. De conhecer o lugar diferente. Nos relatos sobre as experiências de familiares no passado percebe-se o mesmo caminho sendo percorrido. Esses familiares, quando jovens, deixaram suas terras em busca de uma nova vida na cidade, e posteriormente, voltaram para o campo.

Sobre a lida no campo, muitos relatos trazem a percepção de que se aprende a lidar no campo vivendo no campo e convivendo com que tem experiência no campo. Elas afirmam que os jovens que vêm morar no campo, sem experiência anterior de lida na terra, terão muita dificuldade de aprender como cuidar das plantações, dos animais. Para superarem essas dificuldades vão precisar contar com a solidariedade daqueles que possuem mais experiência no campo, para trocarem seus saberes.

A minha vida inteira, eu e meu marido moramos no sitio. E essa vida inteira, a maior parte dela foi trabalhando em sitio nosso mesmo. [...] Esses meninos que estão vindo. Tudo que precisar saber, se a gente sabe, a gente ensina. Porque me alegra ver esses jovens se mudando para o campo. (Jiseli – Entrevista 9)

Apreendem-se nos dados que o tempo de vida, que se estende na velhice, é percebido como tempo de possibilidades para novas experiências e novos aprendizados. Por este, entre outros motivos, é que, para elas, é tão importante que os mais jovens se relacionem com os mais velhos, para que seus saberes de experiência não se percam.

Para que possam trocar suas experiências. Porque o idoso viveu mais tempo, e o jovem vive em outro tempo. Ambos possuem riquezas de saberes para compartilharem.

Com as experiências de vida aprendemos, ensinamos, aprendemos a ensinar. Passamos por experiências para saber, para fazer, para ser e para conviver. Por meio das relações intergeracionais, aprendem e ensinam: a valorizar a vida no campo; a utilizar novas tecnologias; a lidar com a terra; a reivindicar seus direitos e a superar a solidão.

4) Convivência no lar

Nessa categoria apresentamos algumas reflexões sobre as experiências e os aprendizados decorrentes das relações familiares. Compartilhar vidas com companheiros, filhos e filhas, netos e netas, noras, genros entre outros entes traz ensinamentos sobre o cuidado, o diálogo, o afeto, a amorosidade, acordos, negociações e divergências.

Elas têm experiências diferentes sobre a aceitação ou não dos familiares em relação à sua atuação pública e seu trabalho fora do lar. Algumas apontam dificuldades de saírem de casa para trabalhar, principalmente se o trabalho envolver viagens.

Uma das participantes explicou que seu marido fica bastante contrariado quando ela precisa viajar para participar de algum evento porque ele tem muita dificuldade para ler, escrever e fazer contas. Por isso, na ausência dela, ele tem muita dificuldade de trabalhar nas feiras, porque precisa anunciar os produtos, calcular trocos, fornecer valores, comprar mercadorias. Ele é agricultor, trabalha muito no roçado e na criação de gado leiteiro, porcos e galinhas. No sítio, desenvolve todas as tarefas, e poderia trabalhar sozinho. Mas o casal forma uma parceria e ele depende dela para realizar as tarefas acima citadas, quando o trabalho é nas feiras (Diário de campo X).

Mesmo com estas dificuldades, a participante poucas vezes deixou de viajar, estar nos eventos, participar dos cursos fora da cidade. Para que o marido fique bem em sua ausência ela adianta o serviço organizando as vendas. Articula com colegas para o auxiliarem durante as feiras e, se mesmo assim ele ficar contrariado, solicita aos agentes do ITESP que conversem com ele, explicando a importância da participação dela nos eventos (Diário de campo X).

Diálogo e negociações com companheiros e familiares para conquistarem seus direitos ou exercerem seu desejo de ser mais é frequente nos relatos das mulheres. Maria conta que, depois que o trabalho na padaria começou a render um pouco mais financeiramente, passou a receber mais apoio da família no serviço doméstico, para que

pudesse trabalhar mais na padaria. Elizete disse que seu marido apóia muito o trabalho que ela realiza na padaria e os cursos que faz fora. Eles dividem os afazeres para que ela não fique sobrecarregada, afirma (Elizete - Diário de campo X).

Outras participantes disseram que além de trabalharem fora ainda são responsáveis por todos os afazeres domésticos como cozinhar, lavar e limpar. Algumas se queixaram por se sentirem sobrecarregadas. Outras disseram que este é o acordo na relação, e que cada um tem seu papel no lar.

Perguntei sobre como percebem as relações de gênero no assentamento e Leonilda afirmou que, na realidade da agricultura familiar existe cooperação, um depende do outro, por isso as tarefas são divididas e cada um tem sua função.

Em muitos relatos, ao longo das observações, as participantes disseram ter deixado de realizar algo pessoal para atender as necessidades de familiares. Elas se percebem como as cuidadoras do lar, responsáveis por atender as demandas de saúde de todos e encaminhá-los para os cuidados médicos, quando necessário. Assim, o autocuidado fica em segundo plano para atender os familiares.

PercebE-sE com essas experiências, que a relação na convivência familiar ensina a silenciar, a perceber o outro, a compartilhar as conquistas para aproximar o outro de si e de suas ações e também a ceder quando isso favorece a harmonia da relação e torna o casal mais unido em seus projetos pessoais. É o que percebo ao conviver com essas famílias tão diversas em seus lares. Por meio da convivência no interior das famílias aprendem e ensinam a negociar, silenciar, dialogar, participar, dividir, ceder e também a admirar.

5) Ir á público

Nesta categoria apresentamos algumas reflexões e aprendizados do trabalho fora do lar e da convivência fora do ambiente doméstico. Percebemos em muitos relatos que sair da esfera domiciliar para trabalhar, fazer cursos, viajar, se reunir com outras mulheres, participar de associações tem fortalecido seus sentimentos de autonomia, confiança e auto-estima.

Elas aprendem e ensinam nesses espaços. Um importante aprendizado, destacado nessa categoria, foi de que para conquistarem melhorias para o assentamento precisam ir a público. Precisam falar sobre os problemas, apresentar as demandas nos conselhos gestores, nas secretariaS e órgãos públicos, nas mídias etc.

Para superarem o problema das más condições de acessos ao assentamento devido aos buracos e erosões nas estradas várias ações foram feitas, desde mutirões para tamparem os buracos como denúncias nas rádios. As denúncias em rádio, televisão e nas redes sociais são ações realizadas por essas mulheres na busca por melhores condições de vida no assentamento. Trata-se de ações que visam expor publicamente as condições de vida às quais são submetidas em uma estratégia de chamar a atenção dos órgãos públicos para que providências sejam tomadas.

Mas nos relatos, percebemos que algumas denúncias feitas nestes veículos de comunicação não conseguem a atenção que elas buscam do poder público, para que alguma ação de melhoria seja feita.

Contudo, as mesmas mídias que auxiliam na luta constante dessas mulheres contra a opressão e falta de acesso a recursos e serviços também veicula notícias que prejudicam a imagem pública da população do campo e, por consequência, levam à discriminação desse povo.

As participantes denunciam a discriminação como importante barreira na promoção de saúde no campo. Como proposta de superação, elas investem na participação em feiras, cursos e eventos que contribuem para que a população que não é do campo as conheça e pela valorização de seus trabalhos, de seus produtos e do modo de vida do(a) camponês(a).

A participação em eventos e festas fora do assentamento é percebida como uma ação de superação à exclusão e invisibilidade da mulher camponesa. Jiseli disse que uma das importâncias do trabalho das associadas é fazer com que todas se sintam confiantes e capazes de empreender gerando renda e adquirindo conhecimentos suficientes para ganhar autonomia.

Percebe-se o trabalho fora do ambiente doméstico e a geração de renda como importantes dimensões da vida que se relacionam à saúde devido a mudança no modo de trabalhar e viver, que envolve movimentos do corpo e convivência social.

Desta forma, percebe-se que ir a público expor suas adversidades cotidianas e também suas conquistas, ser camponesa e estar em espaços públicos ensina a: como conquistar direitos; não desistir de lutar; planejar novas estratégias de ação; elevar a autoestima; desenvolver autonomia pessoal, emocional e econômica.

6) Os lugares das práticas populares de saúde

Nesta categoria apresentamos algumas contribuições sobre as experiências de quem é praticante popular no assentamento e de quem utiliza essas práticas. Percebemos que pouco se fala sobre as práticas populares de saúde como os benzimentos e as rezas. Já os chás, banhos, charopadas, garrafadas, tinturas, argilas e outras formas de se manipular as ervas medicinais estão mais presentes nas falas das mulheres.

Ao longo das observações participantes pouco ou quase nada foi dito a respeito dessas práticas. Contudo, ao perguntar se elas utilizam práticas como o uso de plantas medicinais ou conhecem quem utiliza todas as participantes responderam afirmativamente. Entendo que o uso dessas práticas é natural e cotidiano, mesmo assim, invisibilizado nos relatos e observações participantes.

Sobre as práticas populares, Maria disse que todo mundo usa chá no assentamento. Me mostrou como se faz um chá para diabetes. Perguntei para Maria sobre como aprendeu sobre o uso deste chá. Ela disse que aprendeu com um vizinho. Perguntei sobre como as amigas e os vizinhos aprenderam a utilizar essas ervas. Maria acredita que muito do que as pessoas do assentamento sabem sobre plantas medicinais aprenderam com seus pais, avós e outros antepassados. E, atualmente, ensinam seus descendentes e outros assentados.

Sueli, Jiseli e Azaleia falaram sobre o preconceito sofrido por utilizarem práticas populares. Jiseli e Maria acham que a população, tanto do assentamento como de fora, acham que o uso dessas práticas remete ao atraso, falta de recursos. De fato, tais práticas são de baixo custo financeiro e se apresentam como uma possibilidade à falta de acesso aos serviços de saúde. Todas as entrevistadas disseram que a maior parte da população do assentamento faz uso de chás e remédios caseiros.

Sobre a prática das rezas e benzimentos, Azaleia fala sobre o preconceito religioso, e a discriminação que já sofreu por ter a credibilidade do seu trabalho como praticante popular questionada. Azaleia é filha de indígenas e aprendeu suas práticas de cura com seus familiares. Atualmente, aplica seus conhecimentos apenas para cuidar de seus familiares, devido à discriminação antes sofrida.

Com a experiência do preconceito, aprendeu a silenciar sobre o cuidado à saúde praticado. Apesar de seu esforço em silenciar, Azaleia é referência no Assentamento Monte Alegre por seus conhecimentos sobre cuidados tradicionais. As netas de Azaleia relataram que sempre que estão doentes a avó faz chás com as plantas do quintal mesmo. As profissionais da unidade de saúde reconhecem e respeitam sua prática de cuidado.

Os dados revelam que, mesmo quando acreditam na eficácia de um tratamento popular, a confirmação, por parte de um profissional da saúde, de que aquele tratamento traz benefícios à saúde legitima o uso do tratamento. Maria, por exemplo, explica que aprendeu o chá com os vizinhos e que o médico disse que eles podem tomar que é benéfico para a saúde.

Compreende-se que a aprovação do uso de saberes tradicionais por pessoas formadas na lógica biomédica, como é o caso dos profissionais de saúde que atendem nos serviços públicos de saúde, faz com que as pessoas que utilizam as práticas populares sintam-se mais confiantes para falarem sobre elas. Muitas vezes, essa confiança não se dá devido à crença na eficácia e sim, na segurança de que não será tratada como uma pessoa "atrasada", como foi citado em entrevista.

Elas aprenderam, continuam aprendendo e ensinam sobre o uso de plantas medicinais e outras práticas populares com seus familiares, vizinhos, amigos e também têm procurado aprender em cursos. Percebem-se nos dados, que valorizam essas práticas por que vão ao encontro do que acreditam sobre o cuidado à saúde, o cuidar de si, cuidar do outro e cuidar da terra.

Percebemos com os dados que as práticas populares de saúde, em especial o uso de plantas medicinais, se encontram em um lugar de exclusão, de preconceito, contudo, também se encontram em um lugar de acesso, disponível a todos e todas. Por meio das experiências como a invisibilidade, o preconceito, a crença e a descrença aprende-se e ensina-se: a ser discreto e a silenciar. Já as experiências de cura, de sucesso por intermédio dos tratamentos populares ensinam: a resistir com a prática; a continuar ajudando e estimulam os mais jovens a se interessarem por aprenderem essas práticas.

CONCLUSÃO

Adotaram-se os processos educativos decorrentes do cuidado à saúde promovido por mulheres camponesas como objeto de estudo dessa pesquisa. Os dados coletados demonstraram que as participantes da pesquisa têm em comum um projeto de saúde, de vida de qualidade, que as aproxima e direciona suas ações de cuidado. Nesse processo de busca comum por saúde para a comunidade aprenderam a estabelecer relações dialógicas; a serem solidária entre si; a se organizarem; a dividirem tarefas; a exporem os resultados de suas ações a fim de atrair maior participação em ações futuras.

Muitos de seus processos educativos acerca do cuidado à saúde ocorrem nas relações intergeracionais, nas relações familiares e nas relações étnico-raciais. A

diversidade presente nessas relações educa para o cuidado, pois agrega novas e diferentes perspectivas sobre a vida no campo; uso de tecnologias; cuidados com a terra e com todos os seres terrenos; luta por direitos; autoimagem, auto-cuidado, autorrealização e auto-estima; participação popular; solidariedade; afeto; humildade e admiração.

É preciso reconhecer, respeitar e valorizar as diferentes raízes históricas e culturais do campo e da floresta. A sabedoria ancestral dos oprimidos pela lógica da colonialidade deva auxiliar no processo de se pensar o cuidado à saúde nas estratégias políticas. Estes saberes contribuem nos âmbitos da formação e da prática profissional, que se quer centrada no diálogo, na autonomia e na liberdade.

Os dados demonstraram que a luta pela terra é a luta pela vida, por melhores condições de alimentação, habitação, trabalho, lazer, educação e produção. Tudo isso é luta por saúde, na concepção das mulheres do Assentamento Monte Alegre e dos movimentos de luta pela terra que percebem nas conquistas dos camponeses e das camponesas o renascimento da vida humana e da natureza.

Assim como a luta pela terra, o trabalho e a geração de renda se mostraram como importantes dimensões do cuidado à saúde. Os dados coletados demonstraram mudanças no cotidiano das mulheres camponesas que, ao buscarem novas formas de gerar renda, formando associações, se capacitando constantemente, conquistam espaços de sociabilidade. Além da geração de renda, o trabalho fora do lar, os cursos, palestras e viagens, possibilitam o reconhecimento das associadas por parte da sociedade.

Essas mulheres atuam na construção de espaços de sociabilidade. Através dessa iniciativa é possível perceber a possibilidade de se promover um sentido diferenciado do trabalho da camponesa para além do âmbito familiar e dos afazeres domésticos. Elas deixam de ter vergonha de si e fazem de sua identidade camponesa um forte elemento na divulgação de seus produtos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante.** 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARNEIRO, F. F. et al . Saúde de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e de bóias-frias. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 2008. Disponível em: . Acesso em: 31 jan. 2017.

DARON, Vanderléia. A dimensão educativa da luta por saúde no Movimento de Mulheres Camponesas e os desafios político-pedagógicos para a educação popular em saúde. **Cadernos CEDES**, v.29, n.79, p.387-399, dez. 2009. Disponível em: . Acesso em: 24 jan. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

OLIVEIRA, M. W.; STOTZ, E. N. Perspectivas de diálogo entre organizações governamentais e não governamentais e instituição acadêmica: o convívio metodológico. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. Anais da 27ª reunião da ANPED- GT Educação Popular. São Paulo: editora ANPED, 2004. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt06/t0610.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PULGA, Vanderléia Laodete. Contribuições do movimento de mulheres camponesas para a formação em saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 3, p. 573-590, set./dez. 2013

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2010, vol.15, suppl.1, pp. 1575-1584. ISSN 1413-8123.

SILVA, Petronilha B. G. Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro. 1987. 293 p. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

TEIXEIRA, I. M. de C. **Saberes e práticas populares de saúde:** os processos educativos de mulheres camponesas. 2012. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSCar, São Carlos, 2012.

WUNSCH, Simone et al. Proteção: dimensão do cuidado em famílias rurais assentadas. **Esc. Anna Nery** [online]. 2014, vol.18, n.3, pp. 533-538. ISSN 1414-8145.